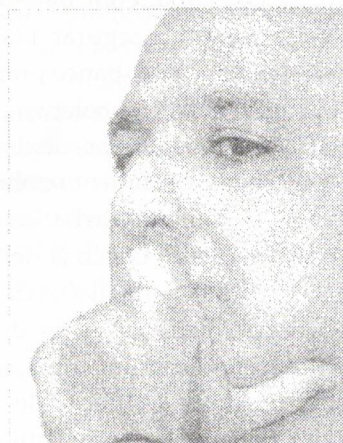


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XII - Nº 214 - DE 07 A 21 DE MAIO DE 2001 - R\$ 1,00



**Fora com a conciliação de classe!
Rechaçar as ilusões na farsa das CPIs!
Pelos Tribunais Populares, para julgar
e punir de verdade a burguesia corrupta!**

**Organizar a unidade
dos oprimidos sob a
estratégia do governo
operário e camponês!
A emancipação dos
trabalhadores será
obra dos próprios
trabalhadores!**



**Bolívia URGENTE:
Apoio à luta
revolucionária!
Liberdade às
lideranças presas!**

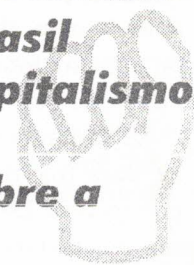
PALESTRA-DEBATE

Escravidão: raiz do capitalismo no Brasil

- *História da escravidão no Brasil*
- *Escravidão e formação do capitalismo*
- *Opressão do negro hoje*
- *Teses da III Internacional sobre a questão do negro*

POR Tendência pelo Partido
Operário Revolucionário

Veja horário e local da atividade
com o distribuidor deste jornal



Quinzena de luta do movimento operário

Bancários: Demissões em massa no Banespa

Desde que foi comprado pelo banco Santander, em novembro do ano passado, o Banespa vem aplicando uma política de superexploração e demissão dos funcionários. Os banqueiros espanhóis tem exigido uma jornada excessiva, sem pagamento de horas-extras, além de fazê-los acumular funções. Estão promovendo uma terceirização crescente, onde, somente no setor de microfilmagem, na segunda semana de abril, havia afastado 200 funcionários. Nas últimas semanas, no entanto, acirraram estes ataques lançando um Plano de Demissões Voluntárias (PDV), cujas pressões para adesão dos funcionários aumentou o clima de "terrorismo", nas agências.

Abertas no dia 18 e encerradas no dia 25 de abril, as 8.200 inscrições (36% de um total de 22.300 funcionários) foram feitas a base de pressões constantes sobre os bancários. Inicialmente mandou-se cartas aos funcionários, para que respondessem a proposta via correio, visando coagí-los por um suposto sigilo na adesão. No banco distribuíram-se cartilhas destinadas aqueles que não se "encaixassem" "nos atuais rumos da empresa". Finalmente, houve a entrega de fitas de vídeo, cuja mensagem tentava mostrar que sair do banco "não era algo tão ruim".

O pacote de "benefícios" do PDV do Banespa / Santander prevê, além das verbas rescisórias (obrigatórias), pagamento de bônus de 3 até 8 salários, conforme o tempo de serviço (os funcionários têm em média 13 anos de serviço) e plano de saúde por 12 meses. O objetivo é diminuir gastos com mão-de-obra, demitindo uma parcela de trabalhadores e superexplorando a outra que ficar empregada.

O Santander pretende reduzir de 39 para 16 o número de funcionários por agência. Desta forma, os funcionários que restarem terão de arcar com o volume de trabalho das agências.

Além disso estarão sujeitos a remanejamentos e novas demissões, considerando que a quantidade de adesões ao PDV (8.200) não garante a meta de 16 funcionários por agência, ou seja, cerca de 4.867 deverão perder o emprego.

Tanto a privatização do Banespa como as demissões dos trabalhadores do banco, fazem parte da ofensiva geral dos capitalistas às semicolonias e aos trabalhadores, como condição para preservar seus lucros diante da crise econômica. Ou seja, diante do esgotamento do mercado mundial, gerado por esta crise, os capitalistas imperialistas precisam tomar o mercado ocupado pelo Estado, como era o caso do Banespa e ainda superexplorar os trabalhadores.

A direção do Sindicato dos Bancários de São Paulo e a direção da Associação dos Funcionários do Banespa (Afubesp), diante dos ataques da direção do banco têm se dedicado a organizar manifestações simbólicas ou participar de discussões infrutíferas com os patrões, visando a eliminação de confrontos e primando pela conciliação de classes.

No dia 06/04, organizaram uma manifestação, chamada de "Síndrome do Touro Louco", em frente à sede do Santander. No dia 10/04, fizeram uma manifestação no centro da cidade, que incluiu malhação de 3 judas. No dia 16/04, promoveram outro protesto diante da sede do Santander, totalmente distracionista. E aproveitaram para lançar a idéia de campanha de "vacinação" (simbólica) contra a "Síndrome do Touro Louco".

Conforme o PDV foi iniciado, no dia 18/04, as direções sindicais orientaram os trabalhadores a "não aceitem pressões". No dia 23/04 chegaram até a organizar uma paralisação, mas somente por meio dia, mesmo contando com a adesão de cerca de 8 mil trabalhadores. Como se vê, foram atos que não contribuíram para

fortalecer a resistência coletiva da classe. Não serviram para impulsionar a luta grevista contra os patrões do Santander. Em assembleia, realizada no mesmo dia, não defenderam a decretação de uma greve, reforçando a paralisação anterior, decretou-se apenas "estado de greve" e organização de novos protestos nos moldes distracionistas.

Iludindo a base em relação a possibilidade de alcançar um acordo com os patrões defenderam negociação com o Santander no sentido de garantir o emprego de quem não aderiu ao PDV, o fim da política de terrorismo, terceirização e jornada excessiva e ainda a antecipação da discussão do acordo coletivo da categoria, com data-base em setembro, para assegurar manutenção de direitos, que o banco pretende retirar da convenção coletiva. Em manifestação diante do consulado espanhol, entregou documento sobre o tratamento "desumano" do banco. Resultado: a direção do banco já deixou claro que não antecipará discussão sobre o acordo coletivo. Diante disso, como já se tornou comum entre as direções burocráticas, a direção do Sindicato dos Bancários de São Paulo irá até a Espanha conversar com os patrões imperialistas e com os sindicalistas espanhóis.

A derrota da política dos patrões depende da unidade da classe e do método de luta. A ausência de uma fração revolucionária no movimento bancário acaba fortalecendo as posições da burocracia dirigente do sindicato. É nossa tarefa impulsionar a ação direta, coletiva e unitária dos bancários contra a ofensiva patronal e construir frações revolucionárias para varrer com os conciliadores do sindicato e impor as reivindicações dos trabalhadores do Banespa.

Pela defesa da estatização do Banespa

Pelo fim do PDV

O proletariado deve lutar pelo seu próprio poder. Condição para isso é sua ação independente dos exploradores.

A acareação das versões de ACM e Arruda com as de Regina não fez senão confirmar que os três asseclas violaram o painel eletrônico do Senado. Repetiu-se a teatralização. Deixando de lado a intrincada e burocrática prescrição legal de abertura de processo de cassação do mandato, o fundamental é entender porque o caso ganhou amplitude de crise política. Lembremos que já houve outra violação que não alcançou tal ressonância: o caso dos "pianistas", em que parlamentares ausentes tiveram votos computados.

Ocorre, desta vez, que a luta intestina no poder do Estado ultrapassou os limites da convivência entre as frações da política burguesa. Um dos elos iniciais da crise remonta à disputa em torno da presidência do Senado, em que ACM (PFL) foi derrotado por Jader Barbalho (PMDB). E da Câmara de Deputados, em que o PFL foi derrotado pelo PMDB. PSDB e PMDB se uniram contra o outro membro do tripé da aliança governamental - o PFL. Na disputa interburguesa, ACM tomou a frente do PFL usando sua principal arma: a denúncia de corrupção contra Jader. O choque atingiu a Presidência da República, que se viu encurralada pela volta do escândalo de corrupção. No fundo, está a preparação para as eleições de 2002. Como se vê, a crise política expressa uma ruptura con-

juntural da oligarquia partidária que comanda o Estado burguês e dá feição à endeusada democracia dos exploradores.

A acareação comparece como necessária para processar o confronto. Fracassou a tentativa de negociar uma saída para barrar a possibilidade de cassação de mandato, envolvendo as acusações contra Jader e o próprio Presidente. Mas um "acordão" nasceria comprometido, tamanho o envolvimento das partes. O que favoreceria eleitoralmente o PT. Criou-se, assim, um movimento pela cassação, agora, também de interesse do PSDB.

A campanha de moralização, expurgo dos indignos e sobretudo a idéia de que se trata do fim do poder oligárquico, do caciquismo etc é uma máscara para acobertar o fundamental da política burguesa. Isto é, a corrupção e fraudes são inerentes ao regime social de exploração do trabalho e acumulação de capital.

Os trabalhadores não devem se deixar levar por quaisquer das saídas dadas pelo Congresso, ou seja, pelos representantes da burguesia. A crise lá no alto tem a virtude de mostrar que a classe operária, camponeses, estudantes devem se unir em torno de um programa e lutar por um governo que liquide o poder econômico. É necessário se colocar a

perspectiva histórica da classe operária, capaz de remover conseqüências, como a corrupção, extirpando as causas, que se encontram na estrutura da sociedade capitalista.

A classe operária tem, para isso, de tomar o poder, destruir a máquina do estado capitalista, e implantar um governo que expresse a aliança operária e camponesa. Somente o domínio do Estado e sua transformação em proletário permitirão destruir o poder econômico da burguesia, de onde nascem todas as chagas do capitalismo. Aqueles que iludem o povo com o programa de moralização da política burguesa e que apresentam como alternativa de governo democrático e popular saído das eleições devem ser rechaçados.

Partindo das reivindicações elementares, como emprego a todos, salário mínimo real, educação e saúde públicas, terra aos camponeses etc, pode-se organizar um amplo movimento de massa, em que os trabalhadores tomem os problemas do país em suas mãos, inclusive a tarefa de combater a corrupção econômica e política da oligarquia. Frente à bandalheira e imoralidade burguesa, lutamos por constituir um Tribunal Popular, organismo independente e criado pelas massas mobilizadas para julgar e punir de verdade a burguesia corrupta.

1º de Maio

Amostra da corrupção sindical

A Força Sindical arrastou milhares e milhares de trabalhadores, no 1 de Maio, oferecendo sorteio de carros, casas etc. A isca foi untada com a dupla sertaneja Chitãozinho e Chororó, Daniel e outros milionários do disco. Montou-se um aparato gigantesco. Esteve presente o Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles. Está aí, sem precisar de retoques, a imagem perfeita da corrupção sindical. Trata-se de uma máfia do sindicalis-

mo, especializada em destruir os sindicatos como organismos de luta do proletariado.

Os capangas da burguesia no movimento sindical se mantêm às custas de rio de dinheiro e pela violência contra qualquer oposição.

A CUT também repetiu seu tradicional show-comício. Convocou o 1 de Maio tendo por chamariz cantores famosos, sendo que um deles se apresentou primeiro no sorteio da Força

Sindical. O presidente da CUT, Felício, em seu discurso, fez questão de se referir à diferença do 1 de Maio de sua Central com a da Força. Não havia sorteio e não se tinha recebido patrocínio. Quanto ao show, disse que é compatível com o 1 de Maio, uma data de festividade.

É claro que a direção da CUT, de maioria petista, não chegou ao ponto de corrupção da Força. Mas se trata de uma diferença de grau e não de

essência. Não houve uma divisão de princípio, de método, de estratégia e de orientação política que distinguisse uma direção corrompida, aburguesada, colaboracionista, de uma direção proletária, classista, revolucionária. É esta diferença de conteúdo de classe que importa. O objetivo da Força foi o de descaracterizar completamente o 1 de Maio como uma manifestação da classe operária e demais oprimidos contra a burguesia, seu Estado e todo aparato que sustenta a exploração do trabalho.

O fato do 1 de Maio da CUT não chegar ao ponto de apodrecimento como o da Força não o livrou de expressar a política conciliadora da direção reformista. O objetivo dessa fração burocrática do sindicalismo foi o de montar um palanque para as eleições presidenciais de 2002 e arrastar os trabalhadores por detrás da disputa interburguesa, que se desenvolve em meio aos escândalos de corrupção e fraude parlamentar.

As reivindicações da classe operária e dos camponeses não foram a base de mobilização. A burocracia e a esquerda centrista (os que podem falar no palanque), ao se referirem às necessidades dos trabalhadores, o fizeram demagogicamente. O eixo do 1 de Maio da CUT, marcado pelos organizadores, foi o de CPI contra a corrupção e união das esquerdas em torno do PT, visando as eleições presidenciais de 2002.

Como se vê, o 1 de Maio continua sob influência da política pró-capitalista. Ressalta a importância estratégica de fortalecer a construção do Partido Operário Revolucionário, sem o qual não é possível rechaçar as deformações da burocracia reformista da CUT e direitista da Força Sindical. A conquista da independência de classe do proletariado e da aliança operária e camponesa está na razão direta de se pôr em pé o partido marxista-leninista trotskista.

A CUT ficou muda diante do salário mínimo

No 1 de Maio do ano passado, a direção da CUT, PT e seus aliados da frente popular fizeram um carnaval em torno do salário mínimo de 100 dólares (R\$180,00, na época), proposto por ACM (PFL) e endossado pelo PT. Nesse 1 de Maio, estiveram mudos. Ocorre que o governo FHC decretou os R\$180,00, que já não correspondem sequer aos 100 dólares.

A CUT e o PT mostram, assim, que têm uma direção que serve de caixa de ressonância da política burguesa no Parlamento. Como FHC, resolveu decretar o salário mínimo de R\$180,00, que perpetua a fome de milhões, a CUT e o PT ficaram sem a bandeira.

Os trabalhadores devem compreender o quanto tais direções do movimento sindical e político estão comprometidas com a defesa dos interesses da burguesia e com o capitalismo apodrecido. Trata-se de lutar pelo salário mínimo vital de R\$ 2000,00, sem o que não é possível defender a família operária.

PSTU no 1º de Maio

Chamou a atenção a intervenção do PSTU devido a dois fatos:

- Participou da coluna composta pela Igreja e PCdoB, convocando em seu panfleto;
- Concentrou sua linha em torno da CPI e da defesa da candidatura única do PT, apoiada por uma frente de esquerda.

No primeiro caso, esteve ideologicamente ao lado de dois inimigos do marxismo-leninismo-trotskismo. Lembremos que o PCdoB expressa o estalinismo, mortal adversário do trotskismo, que é o marxismo-leninismo de nossos dias. A Igreja trabalha pela conciliação de classe e pelo pacifismo burguês.

No segundo caso, a defesa da candidatura do PT significa desconhecer

toda experiência já realizada por esse partido, cuja traição aos trabalhadores é inequívoca. O PSTU acobertou no 1 de Maio o fato do PT, principal partido da CUT, agir como um obstáculo ao movimento dos explorados. Quanto à defesa da CPI, esteve subordinado à luta interburguesa, sobreposta às necessidades e bandeiras das massas oprimidas.

Nossas bandeiras propagandistas no 1º de Maio foram:

Por um 1 de maio operário e camponês!

Por um 1 de maio antiimperialista e anticapitalista!

Por um 1 de maio internacionalista!

Para pôr abaixo o governo corrupto, antinacional e antipopular!

Para pôr abaixo os partidos da burguesia!

Para varrer a burocracia sindical festiva!

Para pôr fim ao reformismo e à conciliação de classe!

Para rechaçar as ilusões na farsa das CPIs!

Para defender os Tribunais Populares!

Em defesa de um salário mínimo vital de R\$ 2000,00!

Em defesa da reposição de todas as perdas salariais!

Em defesa do emprego para todos!

Em defesa da entrega das terras aos camponeses!

Organizar a unidade dos trabalhadores sob a estratégia do governo operário e camponês!

A emancipação dos oprimidos virá com a revolução e ditadura proletárias!

Construir o Partido Operário Revolucionário!

Reconstruir a IV Internacional - Partido Mundial da Revolução Socialista!

Sob essa orientação a militância po-
rta se contrapôs à burocracia, o reformismo e o centrismo.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

FGTS - governo quer confiscar parte do salário dos trabalhadores

O governo de FHC tem preparado mais um ataque brutal aos trabalhadores, ou seja, através de um 'acordo' negociado com as centrais sindicais, pretende confiscar parte dos salários.

Para viabilizar o confisco, montou uma verdadeira farsa em cima de uma possível correção inflacionária nas contas do FGTS de todos os trabalhadores, decidida pelo STF, que reconheceu o direito à correção inflacionária de 16,65% (janeiro/89) e 44,80% (abril/90) a 20 trabalhadores que entraram com ações para tentar reaver essa diferença.

A partir daí o governo correu a dizer que todos os trabalhadores tinham direito e não só aqueles que entraram com ações na justiça burguesa. Tratou de chamar todas as centrais sindicais para 'negociar um acordo' no sentido de viabilizar o confisco salarial. Inicialmente, tentou fazer o confisco através da retenção da multa de 40% que os patrões são obrigados a pagar aos trabalhadores quando os demitem e através do aumento do desconto que todos são obrigados a pagar para o FGTS quando trabalham com carteira assinada e no último dia 21/03 fechou acordo com parte das centrais sindicais (a CUT se recusou a assi-

nar) em torno de propostas mais dissimuladas, a saber: Pegar dinheiro do próprio fundo; os trabalhadores terão que abrir mão de até 40% do que têm direito a receber. Aumento de encargos trabalhistas, que os patrões já disseram que não vão pagar ou vão repassar para os preços das mercadorias, etc. Tudo a pretexto de que seria para repor o dinheiro que seus antecessores roubaram das contas do FGTS em 89 e 90. Como se vê, a idéia de 'um acordo' para corrigir todas as contas é do próprio governo, que mostra empenho em fechar um 'acordo' o mais rápido possível, com as centrais sindicais, chegando ao ponto de o próprio FHC assumir pessoalmente o comando das 'negociações'. Tudo indica que seu objetivo é roubar novamente os trabalhadores e para isso tenta ludibriá-los, dizendo que é para atender a uma justa reivindicação, que seria a devolução do dinheiro roubado anteriormente. Porém tudo indica que, caso haja a chamada "devolução", ela será parcial e menor do que o que o governo confiscará, caso não encontre resistência das massas trabalhadoras.

Na verdade, toda a ladainha ocorrida nos últimos meses entre o governo e as centrais sindicais objetiva apenas fazer

com que estes últimos assumam, perante o governo, o compromisso de que não haverá mobilização e greves contra o confisco. Buscam a 'legitimação' por um 'acordo' assinado pelos próprios 'representantes' dos trabalhadores para barrar qualquer tipo de reação ao ataque e o fato de a CUT ter abandonado a 'mesa de negociações' na última semana não significa que ela ou seus dirigentes não tenham assumido também esse compromisso. Basta ver que suas propostas de luta são distraçionistas de ponta a ponta, o que quer dizer que acabam colaborando com as pretensões do governo.

O POR denuncia essa farsa toda que está sendo montada em torno dos tais 'expurgos inflacionários' e sustenta que seu objetivo é única e exclusivamente de acobertar as reais pretensões do governo de querer confiscar mais uma parte do salário dos trabalhadores. Rechaçamos e chamamos a classe operária e demais trabalhadores a não confiarem na burocracia corrompida e traidora, nem nas 'negociações' ou 'acordos' que dizem fazer em seu nome, pois todos têm o mesmo objetivo: despejar nas costas da classe operária e demais oprimidos, todo o peso da crise capitalista.

Rondônia

Direção burocrática e totalitária do MCC

O Movimento Camponês de Corumbiara (MCC) está sob a direção de uma cúpula autoritária. As decisões são tomadas por essa cúpula, cabendo às famílias acampadas somente executá-las. As divergências são extirpadas e os divergentes excluídos do MCC. A democracia no interior do Movimento, tão fundamental para a politização dos camponeses, tem sido combatida com a pena de expulsão e outras formas gangsteris, a exemplo das ameaças de linchamento e de morte.

O método totalitário e burocrático para tratar os problemas já causou inúmeras expulsões. A direção considera que essa é a forma de conter as idéias divergentes e se perpetuar no poder do Movimento.

Se, de um lado, o governo reprime e deixa à mingua milhares de famílias acampadas, de outro, a direção burocrática quer transformá-las em cordeiros à

mercê das ordens dos chefes. O resultado tem sido penoso: uma parte dos camponeses esfomeados e despolitizados se entrega à bebida. Outra parcela vive intimidada ora pela truculência do governo, ora pelo totalitarismo da direção.

O movimento camponês pela terra necessita da democracia interna, para que as divergências possam ser tratadas no âmbito da disputa de idéias e do voto. As decisões devem ser coletivas para que haja coesão na ação e educação política. Enquanto existir os que pensam (as direções) e os que executam (a base), o movimento não avançará para derrotar o governo.

O fato da direção impor suas decisões e punir os que contestam mostra bem a conduta dos burocratas. Estes acabam reproduzindo no Movimento a própria divisão social do trabalho (capitalista), com práticas estranhas à democracia operária (expulsão, punição

e ameaças). Esses métodos emprestados da burguesia só podem levar o movimento a fins opostos aos dos interesses e reivindicações dos camponeses. Na verdade, os burocratas estão obrigados cada vez mais se tornarem totalitários. Isso para impedir que as idéias revolucionárias se choquem com as da conciliação, do pacifismo burguês etc.

O que ocorre no Movimento Camponês de Corumbiara é o que se passa com as direções sindicais, incluindo as de origem camponesa. O campesinato necessita assimilar a experiência do proletariado e este precisa compreender as necessidades dessa classe oprimida do campo. A aliança operária e camponesa é de fundamental importância para a impor derrotas à burguesia e seu governo. Nesse sentido, a construção das frações revolucionárias é um passo importante para a elevação política dos camponeses do MCC.

O Modo petista de governar

Marta cede ao monopólio do transporte

A exigência dos empresários do transporte de que a Prefeitura aumente os subsídios e as tarifas colocou a prefeita Marta contra a parede. Atrasaram os salários e com isso organizaram um locaute camuflado, como se fosse greve dos trabalhadores.

A prefeita decretou uma multa de cerca de um milhão de Reais, mas concedeu 6 milhões. Está previsto, para maio, uma concessão de mais 10 milhões. Os burgueses exigiam 15 milhões de Reais.

Com certeza, negociou-se ainda um aumento de tarifa. É o que demonstra a encomenda da prefeitura à Fipe para que calcule o quanto deve ser o reajuste tarifário. Resultado: concluiu-se que o valor da passagem deve ser de 1,30 Reais. O que não quer dizer que se porá fim aos subsídios, que são uma mina de ouro para os capitalistas do transporte.

Calcula-se que, até a gestão Pitta, que chegou a suspender em abril os subsídios, o montante doado atingia 200 milhões anuais. Marta já presenteou os parasitas com 29 milhões.

Há uma divisão no interior da administração petista. O secretário da fazenda, João Sayad, quer o fim das doações; e o secretário dos transportes, Carlos Zarrattini, mantê-las.

Qual é a implicação? Se se eliminar os subsídios, as tarifas terão de ir às alturas.

Numa megalópole industrial, como São Paulo, quem usa o transporte coletivo são os assalariados, que se encontram arrojados. Aumentar a tarifa significa

dificultar ainda mais a vida dos trabalhadores, que estão com os salários achatados. Ao conjunto do patronato, a tarifa subsidiada é favorável, porque o custo do transporte faz parte do custo de reprodução da força de trabalho, fonte de toda exploração. Ocorre, por outro lado, que os subsídios são parte dos impostos arrecadados, que em última instância recaem sobre as massas, mas que não deixa de afetar determinados setores do capital.

O PT se encontra diante de um dos dilemas nascidos da economia capitalista. Seu papel é o de administrar os interesses do capital.

Lembremos que a ex-prefeita Luíza Erundina, quando foi eleita pelo PT, prometeu municipalizar a rede de transporte coletivo e criar uma gestão popular. Na época, denunciávamos a demagogia dos reformistas. Os fatos confirmaram. Erundina foi pela via do subsídio, no que foi aplaudida pelo monopólio dos transportes urbanos. Agora, a nova gestão petista tem de servir ao mesmo monopólio, em que 4 empresários comandam 60% dos usuários.

Não há como atender à lucratividade sem golpear a vida das massas. Logo mais vem aumento e os subsídios continuarão a encher os cofres dos Constantino, Belarmino, Niquini e Rua.

Quem necessita dos ônibus sabe que parecem curral. São péssimas as condições de trabalho dos condutores e cobradores. Arcam com uma estafante jornada de trabalho e ganham uma misé-

ria. É da superexploração do trabalho, da superlotação dos ônibus, da pouca renovação da frota e da alta tarifa, subsidiada, que esses capitalistas construíram um império. Reclamam dos perueiros que tomaram parte de suas rendas e responsabilizam a Prefeitura.

A prefeita Marta capitulou diante do locaute. Mostrou-se refém dos barões do transporte coletivo.

A classe operária e demais oprimidos devem levantar a bandeira de expropriação, sem indenização, da rede de transporte e controle operário coletivo, como parte do programa de expropriação geral dos meios de produção. Começamos por rechaçar tanto o aumento da tarifa quanto os subsídios. E defender reposição de todas as perdas salariais de motoristas e cobradores.

Os trabalhadores em transporte necessitam organizar um movimento independente, liberto do controle da burocracia sindical corrompida e traidora, que coloque a solução do problema em suas próprias mãos e do conjunto da população oprimida. O reformismo petista não trilhará outro caminho senão o ditado pelos capitalistas, que de fato mandam no poder "público". Toda conversa de desprivatizar o Estado, adotar o orçamento participativo, administrar com controle popular, voltar o Estado para incluir os excluídos etc. se esfumaça diante dos choques de interesse dos capitalistas e do esmagamento das condições mais elementares de existência das massas.

Rio Grande do Norte

Política do governo ameaça de falência os municípios do estado

A Emenda Constitucional nº 30/2000, que possibilita o TRT, a Secretaria de Arrecadação do INSS e a União reterem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para pagamento da previdência, indenizações trabalhistas e precatórios, juntamente com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estão levando à falência as prefeituras. O endividamento dos municípios responde à

necessidade das oligarquias em utilizar o Estado para o seu enriquecimento. Agora, os trabalhadores pagam com a ameaça de demissão a fim de pagar estas dívidas.

O prefeito de Parazinho (PFL) diz que se o gasto da Prefeitura com precatórios não for minimizado, terá dificuldades para pagar a folha dos servidores, calculando que sua receita ficará reduzi-

da a 40% do volume normal. Desta forma, prefere que o TRT assumira a prefeitura realizando uma intervenção. O prefeito de Santa Cruz (PMDB), mais ousado, objetiva demitir 300 funcionários, cerca de 40% de todo o quadro, para enquadrar a administração na situação financeira imposta pelo governo federal. Completa suas medidas, neste sentido, a tentativa de aumentar os impostos do

IPTU e ISS. A cidade de Água Nova teve 41 mil reais retidos pelo INSS e Justiça do Trabalho, dos 46 mil reais de FPM. O prefeito admite desviar recursos da saúde ou da educação para manter a administração, pois, com 5 mil reais, não dá. No Rio Grande do Norte, são 110 municípios, dos 166 existentes, que possuem precatórios pendentes.

O POR já havia alertado que a LRF traria demissões e aumento de impostos para os trabalhadores. A luta de massas generalizada e unitária é fundamental para pôr abaixo o plano do governo de descarregar o endividamento dos Estados e municípios sobre a classe explorada.

Ex-candidata a prefeita de Mossoró pelo PT expõe a política do reformismo

Numa reunião do Departamento de Educação da UERN, a ex-candidata a prefeitura da cidade pelo PT forneceu dois exemplos do pensamento reformista.

No primeiro, na discussão sobre as eleições para o chefe do Departamento, a professora veio organizada junto com os outros colegas do PT para a reunião e colaborou na defesa da escolha naquele exato momento. Sem discussão entre os professores, sem debate para os alunos, sem permitir tempo para apresentação de outras candidaturas. A eleição do chefe do Departamento de Educação na reunião do colegiado de professores exclui os estudantes e demonstra que o discurso de democracia – espalhada na defesa de seu candidato a reitor – e de cidadania ativa, pregado nas salas de aula, não passam disto: discursos.

No segundo, na discussão sobre a avaliação institucional, a mesma professora entrevistou colocando o provão como uma realidade sem volta, à qual os estudantes e professores deveriam, portanto, se submeter. Chegou ao cúmulo de afirmar que os professores estariam sendo avaliados junto com os alunos. O erro destas afirmações está em que a avaliação institucional possui critérios tendenciosos, cujos objetivos são a diminuição

de universidades públicas. Neste sentido, não podem ser parâmetros de avaliação nem de alunos nem de professores.

Por fim, afirmar o provão como algo definitivo é abandonar a luta contra o projeto neoliberal na educação e descreditar na possibilidade de luta e contraposição dos trabalhadores em um movimento vitorioso que coloque abaixo todo o plano do governo vendepátria do FHC (PSDB/PMDB/PFL). Ou seja, seria desmentir o discurso de defesa do socialismo feito em campanha pela professora reformista.

Esta situação demonstra para os estudantes que os reformistas são incapazes de defenderem a fundo as suas reivindicações, tendendo a propostas de conformação e adaptação às idéias burguesas. É preciso os estudantes se organizarem e construir suas organizações independentes com programas revolucionários para erguer o Poder Estudantil, pelo qual se concretiza a real autonomia, a democracia universitária e a universidade ao lado dos explorados contra os exploradores.

Perguntas e respostas sobre os sindicatos

1. Devemos intervir nos sindicatos onde a burocracia sindical anula a democracia proletária?

Os sindicatos e Centrais no Brasil estão sob a direção de uma burocracia pró-imperialista (Força Sindical) ou pela reformista (CUT). Com diferenças de graus, os organismos dos trabalhadores foram se transformando em aparelhos dominados por camarilhas. Usam os sindicatos como meio de vida, trampolim político e fonte de benesses. Para se manter na direção, os burocratas estão obrigados a criar uma rede de protegidos. São seus assessores, dirigentes remunerados e funcionários cúmplices das falcatruas e de toda sorte de corrupção. E eliminar o poder da classe sobre a direção desses organismos. Os congressos são manipulados, as assembleias soberanas eliminadas e as eleições são fraudulentas. A democracia sindical passa ser letra morta. O que vale é poder da burocracia sobre as bases.

Diante dessa situação, uma parte da militância sindical considera que não tem mais sentido intervir nos organismos controlados pelos burocratas. Porém, esta posição é errada. Trotsky

coloca da seguinte forma: " Não podemos escolher por nosso gosto e prazer o campo de trabalho nem as condições em que desenvolveremos nossa atividade. Lutar para conseguir influência sobre as massas operárias dentro de um Estado totalitário ou semi-totalitário é infinitamente mais difícil que numa democracia. Isto também se aplica aos sindicatos cujo destino reflete a mudança produzi-

da no destino dos Estados capitalistas...Temos de nos adaptar às condições existentes nos sindicatos de cada país para mobilizar as massas não apenas contra a burguesia, mas também contra o regime totalitário dos próprios sindicatos e contra os dirigentes que sustentam esse regime"

A conclusão que tiramos é que, apesar da ausência de democracia operária

PALESTRA-DEBATE

Escravidão: raiz do capitalismo no Brasil

- **História da escravidão no Brasil**
- **Escravidão e formação do capitalismo**
- **Opressão do negro hoje**
- **Teses da III Internacional sobre a questão do negro**

POR Tendência pelo Partido Operário Revolucionário

Domingo, 13/05, às 15 h
Rua Clélia, 884 - Lapa

nos sindicatos, temos o dever de trabalhar no seu interior para que as idéias revolucionárias ganhem influência junto aos trabalhadores. Seria um crime político deixar de mãos livres a burocracia sindical.

2. Num país capitalista atrasado (semicolonial, como o Brasil), oprimido pelas potências imperialistas, é possível sindicatos e Centrais independentes?

A experiência nos mostra que é impossível existir sindicatos reformistas independentes da burguesia e de seu governo. Isso porque sua posição é de adaptação à propriedade privada. O reformismo chega ao limite de criticar a barbárie do sistema de exploração do trabalho, mas não coloca os organismos de massa a serviço de sua destruição. Ao contrário, alimenta ilusão na democracia burguesa, num governo democrático e popular, no "capitalismo mais humano" e nos métodos pacíficos para enfrentar o capital.

Trotsky diz que é perfeitamente possível a existência de sindicatos revoluci-

onários, que têm como tarefa a destruição do sistema capitalista. "Na era de decadência imperialista, os sindicatos somente podem ser independentes na medida em que sejam conscientes de ser, na prática, organismos da revolução proletária".

Extraímos daí que os sindicatos são independentes na medidas que estão sob a política revolucionária.

3. Devemos defender a neutralidade política dos sindicatos?

A burocracia sindical, particularmente a reformista, faz questão de dizer que os sindicatos devem manter a neutralidade política. Nas épocas eleitorais, dizem que não podem indicar votos a candidatos, mas sim "apresentar" as candidaturas do campo "democrático". O argumento é que o sindicato não pode se misturar com o partido. Por detrás desse palavreado, os burocratas apoiam o eleitoralismo, manipulam as finanças em prol das campanhas de seus candidatos etc. Além da política eleitoral, esses dirigentes iludem a classe com a estraté-

gia dos partidos reformistas, ou seja, de melhoria das condições de vida sem destruir o capitalismo.

Trotsky diz: "Os sindicatos atualmente não podem ser simplesmente os órgãos da democracia como na época do capitalismo concorrencial e á não podem ser politicamente neutros, ou seja, limitar-se a servir às necessidades cotidianas da classe operária. Já não podem ser anarquistas, quer dizer, já não podem ignorar a influência decisiva do Estado na vida dos povos e das classes. Já não podem ser reformistas, porque as condições objetivas não dão espaço a nenhuma reforma séria e duradoura. Os sindicatos de nosso tempo podem ou servir como ferramentas secundárias do capitalismo imperialista para subordinar e disciplinar os operários e para impedir a revolução ou, ao contrário, transformar-se nas ferramentas do movimento revolucionário do proletariado".

Portanto, a defesa do sindicato apolítico, neutro, está em choque com as condições objetivas e subjetivas da transformação social.

UERN

Estudantes de pedagogia reorganizam o CA

A Corrente Proletária na Educação passou nas salas de aula do Curso de Pedagogia da UERN e convidou as alunas para uma reunião autocrítica de avaliação da gestão do CA a sua reorganização.

Para isto, ressaltou os diversos problemas existentes no Curso - diploma não validado pelo MEC, Projeto Político Pedagógico não aprovado pelo CONSEPE (colegiado da própria Universidade), provão e exclusão das estudantes na escolha do chefe do Departamento pelos professores etc. - para demonstrar a importância da organização estudantil.

As estudantes atenderam ao chamado da CP marcando uma assembléia para discutir exatamente estes pontos e convocar a diretora e chefe do Departamento e Faculdade da Educação para es-

clarecimento dos problemas existentes.

Trecho do informativo do D.A. de Educação Física

"Vivemos num país onde há eleições o ano todo e nada se resolve. A nossa Universidade estará passando, mais uma vez, por eleições para a disputa do cargo de Reitor. Sabemos que, além de não ser uma verdadeira eleição, pois não há democracia, o voto dos alunos tem um peso de apenas 15 % em relação aos professores. As nossas opções, em relação aos candidatos, são poucas e por isso se abster de votar nessas eleições seria uma atitude de repúdio a tudo que no nosso curso e toda a UERN passa. Por isso temos no D.A. correntes que defendem o voto nulo ou o não comparecimento no dia das eleições. Reflitam bem sobre esse assunto, mas se vocês acham que simplesmente votar é

um ato de democracia, que exerçam a sua cidadania, como é colocada pelos dominadores para iludir os povos e eles continuarem dominando através de frases bonitas e do poder de persuasão que o sistema tanto investe".

Os estudantes da direção passada do D.A. de Educação Física confundem a defesa do voto nulo programático feito pela Corrente Proletária na Educação com a simples abstenção ou negação de votar. O voto nulo para as eleições dos organismos estudantis ou na universidade é uma imposição quando as alternativas são de apoio a políticas de conciliação com a burocracia universitária ou próficialistas, na ausência de uma chapa revolucionária ou de uma frente sob a direção revolucionária. O voto nulo programático é a defesa do programa contra as posições que bloqueiam a mobilização estudantil.

Professores - SP

Mais um fiasco da diretoria da Apeoesp

O ato proposto pela diretoria da Apeoesp foi um fracasso. A idéia era fazer vários atos, no interior e um na capital. O da capital foi totalmente esvaziado. Os burocratas não fizeram uma ampla convocação e se opuseram à paralisação das escolas.

Na verdade, a idéia de fazer os atos surgiu em contraposição à proposta de realização de assembleia estadual. A diretoria corre de assembleia como o diabo corre da cruz. O semestre está acabando e nenhuma vez os professores foram chamados para discutir e aprovar os rumos do movimento. O ato não decide nada. Trata-se de simples denúncia, sem nenhuma consequência prática. As decisões são tomadas pela cúpula dirigente da Apeoesp. Ou seja, não mobilizar a classe para enfrentar as medidas gover-

namentais.

PSTU e PCdoB no lugar da Articulação

A cúpula dirigente da Apeoesp não compareceu ao ato da capital. O PSTU e PCdoB assumiram a condução do ato distracionista da Articulação. Prevendo o fracasso, a direção zarpou para o interior e deixou que os estalinistas e os centristas discursassem a vontade no palanque.

Isso não foi ao acaso. Basta lembrar que o PSTU e PCdoB estavam contra a realização de assembleia e defendiam um ato. Com a pressão de suas bases, o PSTU, no Conselho de Representantes, votou pela assembleia. Mas todo mundo sabe que havia acordo entre eles na pro-

posta de ato. Estavam tão afinados que a Articulação deu o aval para eles distraírem os professores presentes.

Esse exemplo serve para mostrar o quanto os centristas do PSTU estão em blocados com a linha do reformismo petista da Articulação. Dos estalinistas, nem precisamos falar, já estão na diretoria da Apeoesp.

Intervenção da Corrente Proletária na Educação

Os militantes distribuíram o boletim exigindo a convocação de assembleia e realizaram a campanha pela libertação dos dirigentes revolucionários bolivianos presos, Vilma Plata e Juan Carlos Martinez. Reproduzimos abaixo o boletim.

Responder aos ataques do governo com o método da ação direta

1. Municipalização

O governo dá passos largos na implantação da reforma privatista da escola pública. FHC/Banco Mundial pressionam os governadores para transferir todo o ensino fundamental aos municípios. Por sua vez, Alckmin impõe aos prefeitos a municipalização. O Fundef, que foi criado para acelerar a municipalização, não consegue manter minimamente as escolas e os salários. As denúncias de roubo do dinheiro do Fundef estão por toda parte. O objetivo do governo está claro: ensino fundamental é de responsabilidade dos municípios e o Fundef tem prazo para acabar. Logo mais, o governo retira o Fundef e os prefeitos ficam com a maioria dos alunos.

Nesse mês, mais prefeitos assinaram a imposição de Alckmin. As prefeituras do PT preparam a municipalização, a exemplo do que ocorre em Guarulhos. As consequências são duras para os trabalhadores em educação: salários mais baixos e eliminação das conquistas da carreira. Para os alunos: superlotação de salas, péssima condição de ensino, falta de merenda etc.

Nossa reivindicação: fim da municip-

alização e sistema único estatal de educação, sob o controle dos trabalhadores

2. Alckmin inicia a reforma do ensino médio

O fechamento de salas e turnos e a ampliação das tele-salas fazem parte do início da reforma do grau médio. Houve aumento de matrículas no ensino médio, mas com menos salas ou períodos funcionando. Os alunos foram empurrados para as tele-salas e os outros estão como sardinhas dentro das escolas. A razão do governo é simples: não há dinheiro. A saída é tele-sala porque o custo é 9 vezes menor ao do fundamental regular.

Agora, prepara a etapa de redução da carga horária das disciplinas e eliminação de algumas. O resultado já está claro: nada se aprende e o desemprego será ainda maior.

Nossa reivindicação: fim da reforma privatista do ensino médio e escola pública, gratuita, laica, autônoma e vinculada a produção social

3. Trabalho voluntário e aumento da superexploração do trabalho

Para o governo, a política tem de ser

de corte de gastos com a educação. Ao invés de contratar os trabalhadores (professores e funcionários), gasta milhões de reais com propaganda para enganar a população com os "Amigos da Escola, Parceiros do futuro" e outras falcatruas. Na verdade, quer que a comunidade assuma o ensino das crianças e adolescentes, trabalhando de graça. Impôs a escravidão para os funcionários com a Frente de Trabalho. E, agora, com o professor voluntário. As escolas da prefeitura do PT em São Paulo são as primeiras a aceitar o trabalho voluntário.

Os desempregados são iludidos de que prestando favores ao Estado capitalista poderão no futuro arrumar um emprego. O que não são capazes de ver é que ao aceitar o "voluntarismo" retira de milhares de trabalhadores o emprego. Outro problema grave é o grande número de professores eventuais. Ficam na espera da aula todos os dias, não têm contrato de trabalho e o valor das aulas é menor.

Nossa reivindicação: Fora com o trabalho voluntário. Fim do professor-eventual e contratação de todos os que estão aptos para o trabalho. Nenhum professor desempregado.

4. Aumenta a ofensiva do governo, encolhe a política dos burocratas

Já estamos na metade do primeiro semestre e o a diretoria continua no lenga-lenga dos atos, abaixo-assinados e das tais marchas por região. O resultado só é fracasso.

Fortaleza

Perseguição política à chapa “Esperança Vermelha”

Para as eleições do grêmio estudantil, a Corrente Proletária Estudantil participa da chapa “Esperança Vermelha”. A direção da escola, representantes da outra chapa e até mesmo a comissão eleitoral se juntaram para impedir o avanço das idéias revolucionárias. A direção tem como objetivo formar um grêmio nos moldes previstos pela legislação do Estado. Ou seja, um grêmio atrelado à direção. Para isso, faz campanha aberta para eleger os alunos mais submissos às suas orientações. O grêmio, na verdade, serviria para ajudar a direção a implementar a reforma privatista da escola pública. Seria um organismo dos alunos destinado a mantê-los despolitizados e serviçais da direção. Sua função é somente a de colaboração.

As idéias contidas na chapa “Esperança Vermelha” estão em oposição a esse grêmio fantoche dos diretores e governo. E, por isso, foram combatidas de todos os lados. Os alunos devem se posicionar contrários ao servilismo e trabalhar pela construção dos grêmios livres. Não devemos aceitar nenhuma ingerên-

Nossa proposta: só derrotaremos o governo com a ação direta, enfrentando com mobilização de massa. Organizando a luta grevista.

Exijamos a convocação imediata de assembléia

Os burocratas da Apeoesp se recu-

sam até convocar uma assembléia. Com isso, quem decide é sempre eles, a cúpula burocrática.

Os professores devem rechaçar essa política e exigir assembléia para que possam decidir as formas de enfrentar e derrotar as medidas de destruição da escola pública.

cia do Estado, dos diretores, professores em nossos organismos de luta.

O governo vem impondo a reforma educacional do Banco Mundial/FMI, que tem trazido o sucateamento da escola pública e o aumento da privatização. Os recursos destinados à educação são cada vez menores, pioram as condições de ensino, cresce a farsa do trabalho voluntário (Amigos da Escola, Parceiros do Futuro etc) para substituir o professor, aumenta o descabimento educacional com tele-ensino, enfim, a reforma da educação do governo está na contramão dos interesses dos jovens e da maioria das famílias trabalhadoras. A direção da escola é pressionada pelos organismos estatais para cumprir à risca as medidas dessa reforma. Grande parte pensa e age para atender as exigências do governo. Por isso, combate durante todos os movimentos de enfrentamento. E atua como canal de transmissão da política burguesa no interior da escola.

As idéias revolucionárias, expressas nessa chapa, estão em choque com a política governamental, que é a da privati-

zação. Defende a escola única (único sistema de ensino estatal, sob o controle dos trabalhadores), gratuita, laica, autônoma em todos os níveis. Para que os filhos dos trabalhadores tenham acesso ao ensino, um direito democrático. Defende, também, um ensino científico. Ou seja, onde haja a unidade entre a teoria e a prática, uma escola vinculada à produção social. Essas reivindicações possibilitam unificar os estudantes num movimento de enfrentamento ao governo e aos seus serviçais. O método de luta é o da mobilização direta.

A eleição de um grêmio é apenas um episódio. Pois a tarefa central está em ganhar a juventude para a construção de grêmios livres em todas as escolas. Grêmios eleitos sob a base do programa de transformação social. Onde a juventude possa se politizar e unificar com os demais trabalhadores na luta para pôr fim a todo sistema de opressão social e a construção de uma nova sociedade, a socialista.

As tarefas do Congresso da UEE-SP/2001

Por em pé a frente única antiimperialista

Por abaixo FHC e o plano de fome ditado pelo FMI

A crise mundial capitalista afeta nos últimos meses a maior economia do planeta, os EUA. As tendências recessivas destroem as economias mais dependentes do mercado mundial, como ocorre hoje com a Argentina e começa a ocorrer

com o Brasil. Por trás da crise econômica está a contradição entre o enorme potencial produtivo desenvolvido e o estrangulamento do mercado mundial pelas relações capitalistas de produção (crise de superprodução). A recessão tende a reduzir os lucros dos capitalistas, e até quebrar uma parte deles. A sua defesa é feita com o ataque às condições de vida das massas em geral. Os países mais desenvolvidos (imperialistas) aumentam a

opressão sobre os mais atrasados (a formação de blocos como a Alca é parte deste processo). As empresas buscam aumentar a exploração do trabalho com cortes de direitos trabalhistas, demissões e redução salarial. O capital financeiro tenta preservar seus ganhos usurários e parasitas com a destruição dos serviços sociais estatais. Os movimentos que se levantam contra os ataques capitalistas são duramente reprimidos pelos gover-

**Combater os exploradores da educação, expropriando-os
Unir o movimento estudantil à classe operária em sua luta revolucionária**

nos ditos democráticos, que nada mais são que expressão das ditaduras de classe da burguesia.

Enquanto isso, as direções majoritárias do movimento apostam tudo no eleitoralismo, ou seja, em confiar nas possibilidades de que um novo governo eleito possa atender as reivindicações. Ao invés de chamarem as massas a confiarem em suas próprias forças e na sua unidade na luta pelas reivindicações, alimentam as ilusões nas promessas eleitorais.

A defesa das condições de vida mais elementares das massas depende da unidade nacional na luta pela derrubada integral da política antinacional e antipopular do governo. A frente única antiimperialista, sob a direção do proletariado, unindo camponeses, estudantes, classe média arruinada etc. é o instrumento para dar expressão organizativa a esse combate. Tal luta se colocará contra o imperialismo e contra a burguesia nacional submissa, portanto terá caráter anticapitalista, apontando para a revolução social.

**Rechaçar a conciliação de classe e o eleitoralismo
Nenhuma ilusão nas CPIs e no parlamento corrupto
Pelos Tribunais Populares para julgar e punir de verdade a burguesia corrupta**

A situação política está dominada pela crise econômica e política. A recessão bate às portas da economia norte-americana e expõe a crise mundial capitalista, na qual a Argentina em crise e o Brasil estão inseridos. Diante da crise econômica, os bandos capitalistas disputam o controle do Estado nacional e do orçamento público na tentativa de salvar seus interesses e evitar a quebra. Estão em jogo o orçamento público e as eleições gerais de 2002. A munição burguesa nessa guerra são as denúncias de corrupção, a qual é parte integrante do Estado capitalista (geralmente acobertada), mas que em momentos como os atuais é apontada para servir de barreira nas disputas entre as gangues que têm o poder político nas mãos. Assim, ACM denunciou fraudes de Jâder Barbalho na Sudam para tentar impedir que chegasse à presidência do Senado. E foi denunciado por quebrar o sigilo da vota-

ção que cassou o mandato de Luís Estêvão. A "oposição" (PT e aliados) tenta instalar uma CPI da Corrupção para ficar meses a fio investigando e servindo de tribuna eleitoral e que, no final, não punirá ninguém. Os parlamentares jamais julgarão e punirão a si mesmos. No máximo apontarão algum bode expiatório que levará a culpa por uma pequeníssima parcela dos crimes cometidos diariamente pela cova de ladrões. Poderão então fazer bastante demagogia para as massas, ao redor do seu falso moralismo, e defender as instituições apodrecidas da ditadura de classe capitalista, conhecida como democracia burguesa.

O mais grave é que a maioria das direções dos movimentos elegeu a CPI da Corrupção como ponto central da sua política. Numa situação de crescimento das lutas diretas, como a corajosa greve dos estivadores, de movimentos nas universidades contra a privatização (nas públicas) e contra o aumento de mensalidades (nas pagas), das ocupações de terra ameaçadas pelos latifundiários e governo, as direções chamam as massas a se desviarem do caminho da luta direta e a seguirem o caminho da pressão institucional e parlamentar pela CPI da Corrupção.

Numa situação de tremenda crise política e divisão entre os exploradores, que favorece uma ofensiva do movimento de massas contra o governo e os capitalistas, as direções pregam uma política distracionista, que dará tempo para os capitalistas resolverem suas disputas internas e, a seguir, se voltarem todos juntos contra as massas, destruindo direitos trabalhistas, demitindo em massa, reduzindo salários, atacando os serviços sociais públicos em benefício do parasitismo financeiro, reprimindo os movimentos em geral e os sem-terra em particular.

Ao contrário de confiar nas CPIs, que em sua maioria acabam dando atestados de honestidade aos maiores bandidos burgueses, a corrupção burguesa só pode ser julgada de verdade pelas massas e seus organismos próprios e independentes, como os tribunais populares, formados a partir da eleição de seus membros nas assembleias e plenárias de base.

Defender o ensino público e gratuito para todos, laico, único e vinculado à produção

O ensino público e gratuito em todos os níveis é um direito democrático elementar, que a burguesia não pode mais assegurar na fase de desintegração mundial do capitalismo. Ao contrário, tem de destruí-lo em benefício dos parasitas do orçamento público e dos exploradores da educação pelo ensino pago. O governo tem realizado uma ofensiva contra o ensino público gratuito para favorecer o crescimento do ensino pago, que transforma a educação em mercadoria que poucos podem adquirir. Os vestibulares são máquinas de exclusão dos estudantes ao direito elementar do ensino gratuito e atendem a interesses de outros bandos capitalistas, os donos de cursinhos pré-vestibulares. A educação vai sendo cada vez mais sucateada e piorada. O ensino é separado da prática social e torna-se decorativo e diletante. A separação entre teoria e prática é própria do capitalismo e não pode acabar sem sua superação revolucionária.

A defesa do ensino para todos depende da expropriação das faculdades privadas, sob controle da comunidade universitária. O fim do ensino pago permitirá acabar com os vestibulares e garantir o livre acesso de todos ao ensino superior. A existência do ensino único (somente público) acabará com a mercantilização da educação. O fim da influência retrógrada das igrejas sobre o ensino ajudará a libertar o aluno e o professor. A luta pelo fim da separação entre a teoria e a prática social dará à educação um caráter completo, estimulante e ativo. A luta democrática dos estudantes pelas reivindicações leva ao confronto contra o estado burguês e os capitalistas. Assim, depende para sua realização da aliança com a classe operária, que é oposta à exploração capitalista e liderança revolucionária, pelo seu papel vinculado à produção social. O movimento estudantil, de natureza democrática, tem de abraçar a luta socialista ao lado do proletariado para conseguir ver atendidas as suas reivindicações.

Por isso, é fundamental que o movi-

mento estudantil apoie a luta dos camponeses pela terra, dos operários e trabalhadores e dos movimentos populares. E se coloque pela estratégia da revolução proletária e pelo internacionalismo.

Derrotar a direção burocrática da UEE/UNE: não acontecerá pela via dos blocos congressuais

A burocratização da UEE/UNE corresponde a política da sua direção, oposta aos interesses dos estudantes. O reformismo eleitoral do PCdoB exige dele que afaste os estudantes de base das decisões das entidades, pois a democracia estudantil expressará os interesses dos estudantes e varrerá com a política estalinista de conciliação de classes. Uma direção que não expressa uma política revolucionária tem de burocratizar a entidade para manter o controle artificial sobre ela.

Assim, o Congresso já é organizado de forma a excluir a maioria estudantil. O regimento exige quóruns elevados para a eleição de delegados, principalmente em relação à assembléia. Ou os estudantes deixam de ir ao Congresso porque não cumprem as imposições da

UJS ou fraudam as listas de votantes/assembléias para enviar seus representantes, comprometendo-se com os métodos utilizados abusivamente pelos estalinistas. A UJS controla o processo de inscrição dos delegados e com isso manipula a representatividade dos congressos em seu favor. As fraudes na eleição dos delegados aos congressos são a regra e não a exceção. Os opositores têm de se adaptar à fraude e se calar, ou ficar de fora dos Congressos.

O chamado bloco de oposição Rompendo Amarras, que agrupa PSTU e esquerda petista, apresenta-se como alternativa à atual direção. Porém, seu programa também tem como estratégia o governo democrático e popular eleito a partir de uma frente popular, ou seja, de uma aliança com setores da burguesia. O PSTU defende outra tática eleitoral (frente classista, sem partidos patronais) e governo dos trabalhadores. Mas ambas as estratégias são eleitoreiras, pois apontam que a solução dos problemas virá de um governo saído do voto popular. Essa política não democratizará a UEE/UNE. Não conseguirá nem mesmo chegar à direção das entidades pela via dos congressos burocratizados pelas fábricas de crachás do PCdoB.

A campanha por eleições diretas na

UNE obscurece o verdadeiro problema da democracia estudantil e se apóia numa política burguesa. Os congressos são a forma organizativa de construir programa, política e direção a partir da luta política e democrática, tomada emprestada do movimento operário, que a utiliza na democracia operária. É a democracia do setor mais ativo, que discute, decide e aplica as decisões. A eleição direta da direção da UNE é a aplicação da democracia burguesa ao movimento estudantil. Por ela, o setor mais passivo dos estudantes terá preponderância sobre a parte ativa e atuante. E o poder econômico terá influência decisiva na eleição da direção, anulando os congressos, pois, que direção eleita por milhões de votos respeitará as decisões de um congresso de alguns milhares?

A derrubada do estalinismo da UEE/UNE só poderá vir da mobilização geral dos estudantes, que, em assembléias e grandes manifestações, se defrontará com a necessidade de vitalizar suas entidades gerais, e imporá a democracia estudantil contra o burocratismo. Para isso, é necessário construir direções revolucionárias, que se baseiem na independência de classe, na ação direta e na aliança com o proletariado, em total oposição ao reformismo e eleitoralismo.

Lenin e Krupskaya

Desde o início, Lênin na mira da repressão

Continuamos com as memórias de Nadezka Krupskaya, contidas no livro "Minha vida com Lenin". O título acima é dado por nós.

(...) Uma de minhas primas trabalhava então no Serviço de Fichas. (Trata-se da prima de Krupskaya) Pouco tempo depois da volta de Vladimir Ilich, contou-me em uma noite que, quando estava em serviço, um policial chegou, buscou no fichário (...) e declarou: "Estamos na pista de um grande criminoso de Estado, Ulianov; seu irmão foi enforcado; acaba de voltar do estrangeiro, e não nos escapará". Sabendo que eu conhecia Vladimir Ilich, minha prima me pôs diretamente em guarda. Naturalmente, eu prevenira sem demora Vladimir Ilich. Devemos redobrar a prudência. A causa, entretanto, não sofreu por isso. O trabalho continuou. Repartimos as tarefas por bairro. Começamos pela preparação e difusão de nossos escritos. Recordo que Vladimir

12 – MASSAS – de 07 a 21 de maio de 2001

Ilich redigiu um texto para os operários da usina Semianikov. Estávamos, nesse momento, desprovidos de todo meio técnico. O texto foi copiado à mão em caracteres de imprensa e distribuído por Babuchkin. Dos quatro exemplares, dois foram tomados pelos vigilantes, e os outros dois foram de mão em mão. Houve êxito. Todas essas notas e esses folhetos tiravam os operários da inércia. Decidimos então fazer aparecer - pudemos mais tarde dispor de uma imprensa clandestina - um diário popular, "A Causa Operária".

Com muito cuidado, Vladimir Ilich recolheu os materiais necessários. Cada linha passou por seus olhos. Recordo de uma reunião em minha casa, na qual Zaporozhetz falou com ardor sobre as informações recolhidas por ele na fábrica de calçado do bairro Moskovskaia Zastava. "A cada momento uma multa - disse - por colocar ao contrário uma peça de segurar papel na impressão." Vladimir

Ilich sorriu: "Mas se a peça está mal colocada, a multa então não está demasiado mal colocada". Nossa "Causa Operária" não viu a luz do dia. Em 8 de dezembro, estávamos reunidos em minha casa para a última leitura do número, completamente pronto para a impressão. Tínhamos dois exemplares do texto. Um deles tinha sido trazido por Vaniev para a última revisão, o outro tinha eu. Quando, no dia seguinte, pela manhã, fui à casa de Vaniev para lhe pedir o exemplar corrigido, informaram-me que Vaniev acabara de se mudar. Vladimir e eu havíamos decidido que, em caso de incidente, eu deveria ir à casa de um de nossos amigos na Administração Central da Ferroviária. Chebotarev. Vladimir jantava todas as noites com ele. Chebotarev não foi à oficina nesse dia, e eu deveria encontrá-lo em sua casa. Vladimir Ilich não tinha vindo comer, o que significava que tinha sido preso. (...)

Manifesto dos moradores da Vila Nova Real distribuído no 1º de Maio Que a prefeita Marta revogue a decisão do ex-prefeito Pitta contra os moradores da Vila Nova Real

Aos trabalhadores:

O Comitê de defesa da moradia da Vila Nova Real vem chamar a atenção dos trabalhadores para o fato de estarmos ameaçados de perder nossas casas.

Centenas de famílias construíram suas habitações no sopé da Cantareira, há 10 anos atrás, que foi denominado Vila Nova Real. Por sermos trabalhadores, muitos desempregados e os que têm emprego recebendo baixos salários não tivemos outra alternativa senão construir nossas casas na encosta da serra.

O ex-prefeito Pitta moveu uma ação para nos despejar. Na ocasião, apoiados por membros do PT, inclusive parlamentar, fizemos uma movimentação contra a liminar da Justiça, que justificava nossa saída com argumento de que era área de risco. Através de manifestações, conseguimos evitar o despejo.

Agora, com a eleição de Marta Suplicy, do PT, que teve apoio da Vila Real, o processo foi reativado. Por detrás do objetivo de nos retirar da Vila Real, estão os interesses dos loteadores de luxo, com o tal do projeto Cantareira. Novamente se colocou o argumento dos riscos.

De fato, nossas casas são precárias, isso porque não tivemos e não temos meios para fazer construções sólidas, como fazem os ricos burgueses na beira das encostas. Segundo a Regional, 200 famílias têm de sair imediatamente para um galpão e só depois para apartamentos em Perus. Mas para o restante das famílias, cerca de 600, não está seguro que poderão permanecer na Vila Nova Real. Tudo indica que o objetivo é retirar todas as famílias, o que poderá ser feito por parte.

Quais são os principais problemas: 1) nos colocar em galpões é um ato criminoso contra nossas condições de vida; 2) os apartamentos prometidos terão de ser pagos segundo nossa renda.

Acontece que muitas famílias não têm como pagar sequer água e luz. E as que podem pagar alguma coisa, por pouco que seja, nos fará falta; 3) tirar-nos da Vila Real acarreta destruição da comunidade que ali criamos; 4) Perus é uma região da zona oeste, enquanto que a Vila Real fica na zona norte, onde a maioria trabalha.

Vemos assim que ao invés de resolver nossos riscos habitacionais, a prefeitura

cria para nós riscos ainda piores. Na Vila Real, temos nossas casas, não precisamos pagar por mensalidades ou aluguéis, coisa impossível para nós. O que necessitamos é benfeitorias, como drenagem, muro de arrimo, pavimentação, saneamento e reconstrução de parte das moradias. E também a proibição a um empresa que retira terra na encosta, em baixo da Vila.

O Comitê fez uma assembléia no bairro e enviou uma carta à prefeita propondo que a prefeitura urbanizasse a Vila Real, resolvendo os casos de risco. A resposta foi que devemos sair.

O PT na região dividiu o Comitê, com a ilusão de que os apartamentos de Perus, para 200 famílias, solucionaria o problema. Tem procurado enfraquecer a organização dos moradores. Mas nossa luta em defesa da Vila Real continua. Vimos perante os trabalhadores, nesse 1 de maio, pedir apoio a nossa causa.

Em defesa da Vila Real, contra os especuladores da Cantareira!

Que a prefeita Marta revogue a decisão do ex-prefeito Pitta!

Que a prefeitura urbanize a Vila Real, resolvendo os problemas de risco!

Só a assembléia pode decidir sobre a promessa da Prefeitura dos 200 apartamentos de Perus

O COMITÊ DE DEFESA PELA MORADIA chama a atenção para a necessidade urgente de se realizar uma Assembléia Popular para discutir sobre a forma como a prefeitura quer retirar as primeiras 200 famílias de Vila Nova Real.

Vem informar que no último dia 27 de Abril (sexta-feira) lideranças dos movimentos da Vila Nova Real foram a uma reunião na subsede da prefeitura – Jaçanã – para decidirem sobre a transferência dos primeiros 200 moradores para região de Perus.

O que foi resolvido nessa reunião:

- Que já tem 170 apartamentos construídos em Perus;
- Que irão primeiro os moradores em risco;
- Só irão para os apartamentos as famílias cadastradas pela prefeitura;
- A forma de pagamento das prestações dos apartamentos será de acordo com a renda familiar;

Mas gostaríamos de colocar ainda algumas questões que a Prefeitura não informou a esses representantes:

1. Quanto será realmente a prestação que cada morador pagará nesses aparta-

mentos? Será de acordo com a renda? E quem não tem renda alguma? Vamos sair de nossas casas que não tem nenhuma despesa, para irmos a apartamentos pagos?

2. Por que a prefeitura tem recursos para construir apartamentos em Perus e não tem os mesmos recursos para reconstruir o nosso bairro? Para fazer aquelas reformas urgentes que o Comitê já vem reivindicando há muito tempo, como por exemplo: construir muro de arrimo; drenar a água que vem infiltrando os alicerces das casas nas chamadas áreas de risco; Impedir a firma que está retirando terra e desbarancando as casas?

3. Quanto aumentará o custo de vida das pessoas que passarão a pagar: água, esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, condomínio e outras despesas + ?

4. Como fica a situação da escola para as crianças? Existe posto médico próximo a este lugar que querem nos jogar?

5. Os trabalhadores que tem seu local de trabalho próximo daqui, já calcularam quanto aumentará suas despesas com transporte? Tempo gasto vindo de Perus?

6. E as outras 419 famílias? Quando serão também expulsas de Vila Nova Real pela prefeitura? Conseguirão ter o mesmo fim que os 200 de risco? Podemos confiar que vamos permanecer aqui, em nossas casas?

Companheiro morador, qualquer família gostaria de ter um apartamento, mas não é esse o problema. O problema está em que temos de abandonar nossas casas que não pagamos nada, para pagar mensalidade dos apartamentos de Perus.

Todos esses questionamentos que são levantados devem ser respondidos pela prefeitura. Mas não para uma comissão que se diz representante do bem-estar dos moradores. Deve sim ser respondido à nossa Assembléia popular.

Os moradores de Vila Nova Real devem realizar urgente uma Assembléia Popular e exigir que a prefeitura venha aqui no bairro dar todas essas explicações. Somente a Assembléia soberana e popular deve decidir sobre o futuro de suas vidas: sua moradia, sua comunidade, seu bem-estar social etc...

assinado: comitê pela defesa da moradia

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL

PARTE IX: O ATRELAMENTO DO PCB À POLÍTICA BURGUESA

Com a ditadura do Estado Novo, o sindicalismo de caráter oficial, corporativista, ligado ao Estado, se consolidou através da aceitação e reconhecimento de leis, decretos e órgãos oficiais trabalhistas criados pelo Estado (lei de greve, da Justiça do Trabalho, imposto sindical, salário mínimo etc.). Este tipo de sindicalismo visava garantir os interesses da burguesia de controlar os operários e demais trabalhadores, com o apoio das direções sindicais interessadas em manter seus privilégios.

O PCB, que inicialmente criticava a este tipo de sindicalismo, em 1943, em sua II Conferência Nacional, adotou uma posição política de apoio incondicional ao governo Vargas e a burguesia, que o levou a colaborar com o sindicalismo varguista. Para combater o fascismo, propôs a “União Nacional” sob a liderança deste governo para a vitória e para a paz. Defendia, seguindo a política de Stalin de coexistência pacífica (convivência harmoniosa entre os países imperialistas contra-revolucionários e os Estados Operários em construção), que o capital estrangeiro poderia ser “um dos colaboradores mais eficazes do progresso e da prosperidade dos povos mais atrasados”, isso porque o imperialismo estaria se decompondo a ponto de, segundo os estalinistas, perder sua “característica mais reacionária” (Luiz Carlos Prestes, 1943).

Desta forma, o PCB promovia uma inversão total dos princípios básicos do marxismo. Não entendia o nazi-fascismo como expressão da própria crise do modo de produção capitalista, iniciada no final do século XIX, com o advento do imperialismo. Não entendia que, guardadas as devidas peculiaridades, os governos capitalistas “democráticos” e os governos fascistas tinham a mesma essência: eram governos burgueses, diferindo-se apenas na forma de dominação. Não entendia que sendo duas faces da mesma moeda, fascismo e democratismo burguês, combatem a re-

volução proletária. Não entendia que o imperialismo continuava a existir, pois é uma etapa do desenvolvimento do capitalismo, sua fase de decomposição, superável somente pela constituição de outro modo de produção superior: o comunismo. Assim, o capital estrangeiro não pode renovar-se, deixar de ser reacionário, deixar de ser expressão de um sistema putrefato, contra-revolucionário. Finalmente, não entendia que com a consolidação do imperialismo a relação entre os países de capitalismo avançado e os demais era desigual, onde os primeiros transformaram os segundos em semicolônias, em áreas de saques, jamais em áreas de desenvolvimento capitalista autônomas.

Outro aspecto da política do PCB, que deixa claro sua conciliação com a burguesia, estava na defesa de que os patrões e os operários poderiam resolver de forma “harmônica” as “divergências inevitáveis criadas pela vida” através acordos a serem realizados entre comissões com membros de ambas as partes ou entre os sindicatos de trabalhadores e de patrões. Tratava-se, na verdade, de um passo no sentido da conciliação total de classes. Por essa linha, o partido dito comunista promovia ele mesmo essa domesticação, ele mesmo tornava-se o carrasco do proletariado. E isso na clandestinidade, com seu principal dirigente, Luís Carlos Prestes, na prisão, desde 1935.

Nos sindicatos, o PCB defendia claramente essa política de conciliação com a burguesia, chegando a pedir aos operários que não fizessem greve e que aceitassem os organismos sindicais oficiais e o Ministério do Trabalho.

Em 1946, Prestes faz uma autocrítica em relação a política de “União Nacional”, admitindo que o partido teria substituído a luta de classes pela colaboração com a burguesia. Na prática, no entanto, em 1950, ao romper com o governo Dutra, organiza a “Frente Democrática de Libertação Nacional”, uma

frente popular radical nacionalista. Tratava-se de um movimento que procurou reunir democratas e setores da burguesia nacional contra o imperialismo. Ou seja, o PCB não alterou sua política de conciliação de classes.

No IV Congresso do partido, o PCB defende que sua relação com a burguesia nacional progressista não estaria em contradição, pois ambos almejam o desenvolvimento da indústria nacional. Além disso, não se pretendia concretizar a ditadura do proletariado, mas ir fundo na democracia burguesa.

Em 1956, realiza-se em Moscou o XX Congresso do PCUS. Neste congresso, Nikita Krushev denuncia os “crimes de Stálin” e crítica o “culto à personalidade”. Com a divulgação do dossiê Krushev no Brasil, o PCB passou a ter três posições: os que vêem as resoluções do XX Congresso do PCUS e as denúncias de Krushev como corretas (revisionistas); os que defendiam a continuidade da política estalinista; e os que questionavam a democracia interna do PCB (agildistas). Pela unidade do PCB, manteve-se na direção os revisionistas, que expurgaram todas as dirigentes ligados à política estalinista anterior. As orientações do XX Congresso do PCUS são adotadas no PCB, que resumidamente são de apoio ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, propondo uma frente única e a luta por um governo nacionalista e democrático.

O PCB como direção de parcela do movimento sindical brasileiro não se diferenciou do sindicalismo oficial de Estado, muito pelo contrário contribuiu imensamente com a burguesia nacional. Não colocaram bandeiras com as reivindicações de melhoria de condições de vida para eliminar das massas o mínimo risco de se levantarem, e de não colocarem qualquer obstáculo para a exploração dos operários e demais trabalhadores brasileiros. Nisso o PCB contribuiu e a burguesia agradeceu.

Lições das Obras Completas de Guillermo Lora (3ª parte)

Esta é a terceira parte de um texto escrito em 1994, onde Guillermo Lora expõem as razões de por que publicar as Obras Completas. Neste trecho, explica a luta do partido-programa contra o nacionalismo burguês através da tática frentista desenvolvida pelo POR.

A Tática Frentista Desenvolvida pelo Partido Operário Revolucionário

A politicagem da burguesia nacional é sinônimo de mentira, de falsificação. Outra coisa é a política, expressão da política revolucionária do proletariado, enfim, da luta de classes. Tem como escudo a verdade e a ciência, pois é expressão das leis da história.

O POR ao longo de sua história nunca mentiu, só disse a verdade. Quando se equivocou no plano tático, reconheceu em voz alta seu erro e retificou radicalmente. Demonstrou ter uma moral severíssima, isto porque só fez e faz aquilo que permite as massas aproximarem-se da tomada do poder e rechaça tudo o que permite separá-las de tal objetivo estratégico. Os politiquinhos rechaçam esta moral de ferro pois a consideram resultado de fanatismo, etc.

O trotskismo sabe que chegará ao poder junto com as massas vitoriosas, não através de um golpe de Estado ou juntando-se a um partido burguês. Isto que para muitos parece uma severidade absurda, é posto em prática de forma invariável. O oportunismo barato não tem cabimento em nossas fileiras e tampouco uma conduta delatora ou imoral.

Os estatutos do POR, uma síntese das conquistas alcançadas do marxismo-leninismo-trotskyista no aspecto organizativo, castigam com uma severidade extrema os delitos de delação (não devemos esquecer que o POR realiza simultaneamente tarefas legais e clandestinas) e de apropriação das finanças partidárias. Não podem permanecer nas fileiras do Partido que contribuirá para a libertação dos explorados e oprimidos os delatores e os ladrões.

Para o Partido é uma prioridade ga-

nhar as massas para o programa da revolução. Esta finalidade é que determina o caráter da tática frentista, que em várias oportunidades o POR soube como levar à prática.

Não se trata de utilizar a mentira, a falsidade etc. de forma deliberada e buscando que aliados ocasionais possam ser vítima do engano. Rechaça as besteiras dos que dizem que a política frentista obriga os partidos interessados a deixar na porta seu programa, seus princípios, e sacrificar-se, pondo em risco seu próprio fortalecimento, tudo para pôr em pé uma frente. O POR, quando se trata de ir a um entendimento frentista, proclama em voz alta que luta por impor seu programa e para que se respeite o direito de criticar toda vez que os aliados se afastem do programa da frente; estas exigências explicam como a tática frentista busca o fortalecimento do partido revolucionário, que será alcançado ganhando para as posições poristas os militantes das outras organizações incorporadas à frente. Um dos exemplos da aplicação da tática frentista do POR foi a Frente Revolucionária Antiimperialista, formada como resposta ao golpe gorila de Banzer.

O desenvolvimento histórico do Partido Operário Revolucionário e sua constante superação programática e tática, aparecem com nitidez no plano da tática frentista que deve ser aplicada nos países capitalistas atrasados.

Como acontece em todos os partidos trotskistas do mundo, a difusão dos escritos, polêmicas etc. produzidos em outras seções tiveram enorme importância no seio do POR e na adoção de determinadas medidas táticas. O POR foi formado em meio à discussão com as correntes estalinistas, como no caso o que nos interessa contra a deformação da frente antiimperialista pela política do Kremlin, que conclui subordinando o movimento operário e popular à burguesia. Nos primeiros momentos, era muito difícil compreender que a burocracia termidoriana, termo empregado por Trotsky, já era um canal de expres-

são da política burguesa internacional.

Nos primeiros momentos, sobretudo na época da aprovação das "Teses de Pulacayo" – durante algum tempo apareceu como se fosse o programa do Partido – foi lançada a consigna de Frente Única Proletária. Durante as eleições gerais do início de 1947 (os documentos sobre o fato aparecem no primeiro tomo das Obras Completas) o pacto político entre o POR e a FSTMB (Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Boliviana) ostentou o rótulo de FUP.

Essa política frentista era aplicada, sobretudo como a aliança operária e camponesa (que para os trotskistas bolivianos sempre foi compreendida como a necessidade que o proletariado tem, sendo numericamente minoritário, de arrastar atrás de sua política revolucionária a nação oprimida pelo imperialismo) aos setores majoritários das massas. De forma não consciente, instintiva (estamos nos referindo à orientação da classe operária), lutavam por aplicar a tática da frente única antiimperialista, sob a palavra de ordem de frente única proletária (tática própria para as grandes metrópoles capitalistas, como foi assinalada nos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista), que também o POR reconheceu como um dos fundamentos de seu programa.

Foi durante as discussões com o pablismo que começou a ser formulada a tática da frente antiimperialista e que mais tarde seriam precisadas – na teoria e na prática – pouca antes da constituição da Frente Revolucionária Antiimperialista (FRA). Para os poristas a Central Operária Boliviana (COB) da primeira época e a Assembléia Popular eram frentes antiimperialistas. Podemos dizer que o POR também neste tema recorreu ao leninismo. Trata-se de um dos aspectos da luta política em que o POR lutou para impor suas conquistas no plano internacional, através da discussão com algumas seções do movimento da IV Internacional.

Tarefa internacionalista: trabalhar pela vitória da revolução proletária na Bolívia

O internacionalismo proletário concentra sua atenção na retomada do levante das massas bolivianas contra o governo narcotraficante, pró-imperialista e esfomeador.

O Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR) vem caracterizando que os explorados bolivianos já não têm ilusão no eleitoralismo, nos partidos burgueses e nos governos. A luta de classes abrange a maioria oprimida contra a ultraminoria exploradora, que serve incondicionalmente aos interesses do imperialismo norte-americano.

O presidente - general Banzer - respira e sobrevive apenas com o ar injetado pelo governo dos Estados Unidos. Mantém-se no poder às custas da repressão diária aos camponeses, operários, artesãos, professores, estudantes e pequenos comerciantes. Os militantes do POR têm sido o principal alvo desse regime policial.

O governo fascista acaba de condenar a 18 meses de prisão Vilma Plata, depois desta ter sofrido inúmeras prisões por se destacar como dirigente da greve do magistério e se colocar à cabeça do movimento revolucionário. Também foi condenado Juan Carlos Martinez, privado de todos os direitos civis, confisco de seus bens e mandado de prisão.

O objetivo maior dessas medidas é o de destruir o Partido Operário Revolucionário.

Partindo das reivindicações mais elementares dos explorados, utilizando-se rigorosamente do método da ação direta, rechaçando o colaboracionismo das direções estalinistas, nacionalistas, e rebatendo toda tentativa de reavivar as ilusões eleitoreiras, o POR desenvolve a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Prepara no seio das massas o caminho da insurreição.

A política do internacionalismo proletário, da IV Internacional, na Bolívia, nas condições revolucionárias em desenvolvimento, obriga todas as correntes que se reivindicam do marxismo a defender a estratégia e o trabalho político do POR boliviano.

Os acontecimentos indicam que Bolívia se encontra na encruzilhada da revolução e contra-revolução.

Nosso objetivo é o triunfo das massas oprimidas contra a burguesia entreguista e a barbárie imperialista. Em cada país, está colocada a tarefa de defesa da materialização da estratégia da revolução e ditadura proletárias na Bolívia, encarnada pelo POR. O que quer dizer colocar-se pela construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, da IV Internacional, que tem por base o Programa de Transição.

Liberdade a Vilma Plata e Juan Carlos Martinez

"Vilma Plata foi condenada a 18 meses de prisão e Juan Carlos Martinez declarado rebelde e contumaz, privado de todos os seus direitos civis, com ordem de confisco de todos os seus bens e mandado compulsório de prisão.

O delito desses dois combatentes é lutar para pôr fim a essa ordem social caduca e putrefata, o de ser insubornáveis dirigentes sindicais e conseqüentes militantes da revolução.

A classe dominante e seus partidos politiquieiros não os perdoam de os ter denunciado, mostrando todas suas falcatruas. E, ao mesmo tempo, de ter expressado com fidelidade os sentimentos e objetivos do que lutam nas ruas.

A Justiça corrupta põe nos cárceres

os revolucionários enquanto os ladrões, os larápios, os assassinos e narcotraficantes da classe burguesa passeiam livres e tranqüilos pelas ruas". (extraído do Jornal Massas boliviano - n.1755)

Campanha do POR no Brasil

Convocamos todas as correntes, militantes operários e populares, estudantes a defenderem Vilma Plata e Juan Carlos Martinez. Participem da campanha pela liberdade dos revolucionários.

Liberdade imediata aos revolucionários!

Abaixo o governo fascista e pró-imperialista de Banzer!

Todo apoio ao POR e à revolução boliviana!

